

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v4n3a2023.35>

Incidência de sífilis adquirida em mulheres no Brasil após a incorporação de dispositivo intrauterino no sistema único de saúde

Incidence of acquired syphilis in women in Brazil after the incorporation of the intrauterine device in the unified health system

Bruno Souza Magro¹, Marco Antonio Carvalho do Couto Rosa¹, Artur Lukasse Facini Pereira e Silva¹, Beatriz Maria Bombarda Corrêa¹, João Henrique Frujuelle dos Anjos¹, Marcelo Motta Dutra²

INTRODUÇÃO

A sífilis adquirida, instituída em 2010 como doença de notificação compulsória (BRASIL, 2022), é uma infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria espiroqueta *T. pallidum* que pode ser transmitida por meio da relação sexual sem preservativos (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006). Em 2019, no Brasil, 16,8% das mulheres afirmaram não utilizar preservativo por já adotar outro método para evitar a gestação, sendo a segunda justificativa mais frequente nessa população (IBGE, 2021), sendo evidenciado que a eficácia anticoncepcional isoladamente é um importante fator ponderado na escolha do método contraceptivo.

Dentre os métodos contraceptivos, os dispositivos intrauterinos (DIU) de cobre ou hormonal demonstraram taxa de contracepção estatisticamente semelhantes entre si, e superiores aos demais métodos (SIVIN, 1990). Além de sua efetividade ele está desde 2017 disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2017). Nos Estados Unidos o aumento do uso do método contraceptivo reversível de

¹ Graduando no curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP.

² Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP. Contato: marcelo.dutra@baraodemaua.br

longa duração está relacionado à redução do número de grávidas entre as adolescentes (ABMA et al., 2017). Paralelamente, houve um crescente aumento nos diagnósticos de gonorreia, clamídia e sífilis entre a população mais jovem (SATTERWHITE et al., 2008). Corroborando com os dados, em uma análise transversal feita com estudantes do ensino médio dos Estados Unidos foi detectado que 60% dos adolescentes que utilizam o DIU não fazem uso de métodos de barreira quando comparados com aos que utilizam pílula anticoncepcional (STEINER et al., 2016). Por sentirem segurança na prevenção da gravidez, mulheres que utilizam DIU e anticoncepcionais hormonais apresentaram maior prevalência de ISTs, sendo sífilis a mais prevalente (44%), se dando pela baixa adesão aos métodos de barreira (JACQUES et al., 2021). Reforçando ainda mais os fatos, uma recente revisão sistemática concluiu que usuárias de métodos contraceptivos de longa duração são menos propensas a utilizar preservativos (STEINER et al., 2021).

Embora os métodos de barreira foram mais efetivos na prevenção de ISTs, o DIU e métodos hormonais possuíram eficácia contraceptiva superior (HOLMES et al., 2004). Com isso, deve ser encorajada a associação com preservativos, pois essa é considerada a primeira linha de defesa contra ISTs e gravidez não planejada. (PAZOL; KRAMER; HOGUE, 2010). Nessa conjuntura, o presente estudo torna-se imprescindível uma vez que corrobora com dados relevantes sobre a sífilis adquirida no âmbito nacional, relacionando a alta incidência dessa infecção com o aumento da inserção de DIU em mulheres desde sua implementação no SUS.

Assim, podendo ser utilizado como subsídio para a disseminação de informações relevantes sobre o tema e para combater esse problema via tomada de políticas públicas.

OBJETIVO

Analisar a incidência do número de casos de sífilis adquirida em mulheres no Brasil e relacionar os dados com a taxa de incorporação de DIU no SUS nos anos 2017-2022.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa descritiva através da coleta de dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de 2022. Além disso, foram analisados 19 artigos científicos publicados entre 1990 e 2023, por meio de pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed (Public/Publisher MEDLINE), National Library of Medicine, Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde). Foram coletados dados de domínio público sem contato direto com os pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível verificar um crescente e considerável aumento na incidência de casos de sífilis adquirida no Brasil, a qual variou de 50.590 casos em 2017 para 62.255 casos em 2021, em números absolutos, o que representa um aumento de 23%. Esse aumento foi diretamente proporcional ao aumento na inserção de DIU nas mulheres pelo SUS, que variou de 13.715 ao final de 2020 para 56.781 em 2021. Embora a incorporação de DIU pelo SUS tenha ocorrido em 2017, não há dados no DATASUS até o ano de 2020. A partir disso, é necessário reforçar a importância de acompanhar os dados discutidos pelos próximos anos para afirmar categoricamente a suspeita de fragilização da saúde proveniente do desuso de métodos que previnem sífilis e demais ISTs associado ao DIU e outros métodos contraceptivos hormonais.

A tendência de alta apresentada pelos dados foi interrompida nos anos de 2020, com diminuição significativa na incidência de casos notificados nesses anos que são explicados pela diminuição da frequência de relações sexuais pela população mediante a medidas de isolamento e de distanciamento social implementadas durante a pandemia da COVID-19, além do aumento da subnotificação nesse período pela diminuição da testagem de sífilis na população (LIMA et al., 2022). Além disso, no ano de 2022 foi possível verificar, também, uma queda na identificação dos casos de sífilis adquirida, possivelmente devido à políticas adotadas pela Coordenação Geral de Infecções Sexualmente Transmissíveis (CGIST) em conjunto à Organização Pan-

Americana de Saúde (Opas) e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte através de cursos, fluxogramas e políticas públicas no ano de 2021, que auxiliou na transmissão de informações e rápida repercussão no alto número de casos, contribuindo para construção e evolução da saúde pública (BRASIL, 2022).

CONCLUSÃO

Foi possível constatar que a incidência de sífilis adquirida aumentou em 1,23 vezes, entre os anos de 2017 e 2021, desde que houve a incorporação de DIU no SUS. Isso se deve possivelmente pela diminuição do uso de preservativos nas relações sexuais pelas mulheres portadoras de DIU. É possível concluir que há a necessidade de mais estudos caso controle, além de mais dados epidemiológicos, para investigar a associação entre o aumento da incidência de casos de sífilis conforme aumentam as inserções de DIU na população. Com evidências futuras acerca do assunto será possível um melhor controle de ISTs através da formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Sífilis adquirida. Dispositivo intrauterino. Epidemiologia.

Conflitos de interesse: Os autores não têm conflitos de interesse a divulgar.

REFERÊNCIAS

ABMA, J. C.; MARTINEZ, G. M. Sexual activity and contraceptive use among teenagers in the United States, 2011-2015. **National health statistics reports**, n. 104, p. 1-23, 2017.

AVELLEIRA, J. C. R.; BOTTINO, G.. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais brasileiros de dermatologia**, v. 81, p. 111-126, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-epidemiologico-de-sifilis-numero-especial-out-2022/view>. Acesso em: 11 de jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.265**, de 1 de dezembro de 2017.

HOLMES, K. K.; LEVINE, R.; WEAVER, M.. Effectiveness of condoms in preventing

sexually transmitted infections. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 82, n. 6, p. 454-461, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019:**

acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro: Ibge, 2021.

JACQUES, C. M. P.; YONEGURA, W. H. T.; DE ARAÚJO SODRÉ, L. K.. Influência dos métodos contraceptivos hormonais e dispositivo intrauterino na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis em mulheres jovens. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e124101018642-e124101018642, 2021.

LIMA, H. D. et al. O impacto da pandemia da Covid-19 na incidência de sífilis adquirida no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 8, p. e10874-e10874, 2022.

PAZOL, K.; KRAMER, M. R.; HOGUE, C. J. Condoms for dual protection: patterns of use with highly effective contraceptive methods. **Public health reports**, v. 125, n. 2, p. 208-217, 2010.

SATTERWHITE, Catherine Lindsey et al. Sexually transmitted infections among US women and men. **Sexually transmitted diseases**, v. 40, n. 3, p. 187-193, 2013.;

SIVIN, I. et al. Long-term contraception with the levonorgestrel 20 mcg/day (LNg 20) and the copper T 380Ag intrauterine devices: a five-year randomized study. **Contraception**, v. 42, n. 4, p. 361-378, 1990.

STEINER, R. J. et al. Long-acting reversible contraception, condom use, and sexually transmitted infections: A systematic review and meta-analysis. **American journal of preventive medicine**, v. 61, n. 5, p. 750-760, 2021.

STEINER, R. J. et al. Long-acting reversible contraception and condom use among female US high school students: implications for sexually transmitted infection prevention. **JAMA pediatrics**, v. 170, n. 5, p. 428-434, 2016.